


## DESINVESTIMENTOS DA PETROBRAS E RECONFIGURAÇÃO NA BACIA DE CAMPOS

### PETROBRAS DIVESTMENTS AND RECONFIGURATION IN THE CAMPOS BASIN


**Vanessa Emily da Silva Januario**

 <https://orcid.org/0009-0007-2606-5899>

**Correspondência:** [vanessaesj@id.uff.br](mailto:vanessaesj@id.uff.br)

Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Brasil.

**Leandro Bruno Santos**

 <https://orcid.org/0000-0001-9163-8568>

**Correspondência:** [leandrobruno@id.uff.br](mailto:leandrobruno@id.uff.br)

Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, Brasil.

**DOI:** 10.12957/cdf.2026.97046

**Recebido em:** 23 fev. 2026 | **Aceito em:** 12 maio 2026

#### RESUMO

A descoberta do pré-sal na Bacia de Santos, a redução da exploração na Bacia de Campos, a queda dos preços do petróleo a partir de 2014 e a reorientação estratégica da Petrobras resultaram em um processo de reconfiguração do setor de Petróleo e Gás (P&G) no Brasil. Na região Norte Fluminense, historicamente marcada pela dependência da exploração petrolífera, a diminuição de investimentos e a retração das atividades da Petrobras impactaram diretamente os municípios, seja na transferência de royalties, seja no mercado de trabalho. Este estudo analisa como a atuação e, sobretudo, a redução dos investimentos da Petrobras moldaram a dinâmica da região entre 2010 e 2022. A metodologia abrangeu compilação bibliográfica e levantamento e sistematização de dados em bases oficiais. Os resultados obtidos mostram que os municípios do Norte Fluminense dependentes das transferências de royalties sentiram fortemente os efeitos dos desinvestimentos da Petrobras.

**Palavras-chave:** Bacia de Campos; Norte Fluminense; Rio de Janeiro; Petrobras.

#### ABSTRACT

The discovery of the pre-salt reserves in the Santos Basin, the reduction of exploration in the Campos Basin, the drop in oil prices starting in 2014, and Petrobras' strategic reorientation resulted in a restructuring process of the Oil and Gas (O&G) sector in Brazil. In the Northern Fluminense region, historically marked by its dependence on oil exploration, the decrease in investments and the downsizing of Petrobras' activities directly affected the municipalities, both in terms of royalty transfers and the labor market. This study analyzes how Petrobras' presence and, above all, its withdrawal



shaped the region's dynamics between 2010 and 2022. The methodology covered bibliographic compilation and data collection and systematization in official databases. Our results show that the municipalities of Norte Fluminense dependent on royalty transfers strongly felt the effects of Petrobras' divestments.

**Keywords:** Campos Basin; Northern Fluminense; Rio de Janeiro; Petrobras.

## 1 INTRODUÇÃO

O petróleo é um dos recursos energéticos mais estratégicos e influentes da economia global e tem papel importante no desenvolvimento industrial, na geração de energia e na distribuição de receitas fiscais para países produtores. Nos dizeres de Coutinho (2026), o mundo contemporâneo foi moldado pela disponibilidade passageira de um recurso único, valiosíssimo, insubstituível, finito e que se tornará cada vez mais caro para ser produzido. No Brasil, especialmente no estado do Rio de Janeiro, a exploração de petróleo tornou-se um eixo estruturante da economia regional, com efeitos sobre os orçamentos municipais, a dinâmica urbana e a divisão social, técnica e territorial do trabalho.

Em que pese os efeitos sociais e ambientais decorrentes da exploração, um território que abriga reservas relevantes de petróleo recebe um conjunto de investimentos que implicam em desenvolvimentos tecnológicos e recursos financeiros destinados à exploração, à distribuição e ao beneficiamento. Geralmente, tais investimentos são promovidos por empresas privadas e cujos controles são alheios ao território de exploração. Conforme destaca Piquet (2010):

Nesse competitivo mundo empresarial o papel central é exercido pelas chamadas petroleiras (*oil company*), que constituem um poderoso, seletivo e pequeno grupo de empresas tais como a Shell, a Exxon e a Petrobras. Essas empresas detêm o capital e contratam serviços como os de sísmica, perfuração e produção, de outras empresas altamente especializadas, que por sua vez também operam em oligopólios internacionais dado o nível de sofisticação tecnológica exigido (Piquet, 2010, p. 20).

Além dos investimentos diretos, os *royalties* e participações especiais provenientes da exploração de petróleo tornaram-se fonte fundamental de receita para municípios produtores. De acordo com a Lei nº 9.478/97, que flexibilizou o monopólio estatal e elevou a alíquota de *royalties* de 5% para 10%, tais repasses passaram a representar parcelas significativas, por vezes bilionárias, dos orçamentos municipais. No

entanto, essa dependência financeira também expõe os entes locais à volatilidade dos preços internacionais do petróleo, às mudanças na política energética nacional e, por vezes, causa recorrentes instabilidades políticas<sup>1</sup>.

A Bacia de Campos, descoberta na década de 1970, consolidou-se como uma das principais fontes de exploração petrolíferas do país, atraindo investimentos elevados em infraestrutura, tecnologia e mão de obra especializada, impulsionando a economia no estado do Rio de Janeiro. A exploração de petróleo estimulou o desenvolvimento de uma complexa rede logística e empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos (Oliveira, 2008) e, principalmente, de serviços, além das compensações financeiras aos municípios confrontantes. Com isso, tivemos a consolidação de uma economia regionalizada com particularidades importantes no território (Oliveira, 2008) ou um padrão de desenvolvimento especializado na exploração de recursos naturais (Silva, 2012).

O Estado do Rio de Janeiro possui duas bacias de petróleo extremamente valiosas de exploração de petróleo: a Bacia de Campos, cujos campos e poços de exploração são confrontantes com os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé, Cabo Frio, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Armação dos Búzios, São João da Barra, Quissamã e Carapebus; e a Bacia de Santos, que tem campos e poços confrontantes com os municípios do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Niterói, Itaboraí, Maricá, Angra dos Reis, Araruama, Itaguaí, Saquarema, Paraty, Mangaratiba e Arraial do Cabo. Todos esses municípios recebem porcentagens de *royalties* diferentes; Macaé e Campos dos Goytacazes se destacam na Bacia de Campos, enquanto Maricá e Niterói se sobressaem na Bacia de Santos.

Conforme aponta Cruz (2017, p. 49), o avanço da produção *offshore* de petróleo na Bacia de Campos, a partir da década de 1970, provocou transformações na região Norte Fluminense. Outrora baseada na exploração canavieira, a região passou por uma profunda transformação de suas dinâmicas econômicas com a implantação do complexo petrolífero *offshore*. Macaé tornou-se o epicentro dessa nova economia, enquanto municípios como Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra experimentaram efeitos indiretos, positivos e negativos, da indústria do petróleo. A presença da Petrobras, em particular, foi decisiva para a configuração do arranjo produtivo regional do Norte Fluminense.

---

<sup>1</sup>A incapacidade dos municípios de construir arranjo regulatório e de implementar políticas de desenvolvimento local, combinada muitas das vezes com o mau uso dos recursos, inviabiliza melhorias sociais, com frequentes trocas nos comandos das prefeituras.

Contudo, a partir de 2015, uma série de eventos, nacionais e internacionais, trouxe elementos que altearam o cenário da indústria, gerando efeitos adversos na economia regional. A descoberta do pré-sal na Bacia de Santos gerou uma mudança estrutural para a indústria, pois o tipo de petróleo explorado nessa bacia se mostrou mais atraente economicamente. Em resposta, a Petrobras passou a adotar uma reorientação estratégica, que envolveu decisões políticas de priorizar investimentos na Bacia de Santos em detrimento da Bacia de Campos. Essa mudança impactou a produção histórica do Norte Fluminense, afetando diretamente a distribuição de royalties e participações especiais, e alterando a configuração econômica regional (Cruz, 2017).

Esse deslocamento de recursos e atividades, no entanto, não se deu de forma espontânea, nesse processo, a atuação do Estado revelou-se decisiva, pois é ele quem estabelece os mecanismos que regulam a redistribuição dos *royalties*, os fundos de compensação e a forma como os recursos do setor são realocados entre diferentes regiões. Não tem, portanto, uma oposição entre mercado e Estado, as ordens regulatórias são fundamentais na criação do arranjo institucional e político de funcionamento dos mercados (Brenner; Peck; Theodore, 2012). Ferreira (2022, p. 142), com razão, afirma que “no neoliberalismo se recorre ao Estado de modo que esse possa, dentre outras coisas, organizar e reorganizar instituições jurídicas, regulamentações e regras de direito”.

A ausência ou fragilidade dessas medidas amplia as disparidades regionais, evidenciando que a reconfiguração produtiva não pode ser compreendida apenas como um movimento empresarial da Petrobras, mas também do resultado das escolhas políticas e regulatórias que moldaram a retirada gradual da empresa da região Norte Fluminense, impactando os municípios de formas distintas (Ferreira, 2024). Com isso, houve um efeito direto sobre a base fiscal dos municípios e, conseqüentemente, sobre a dinâmica do mercado de trabalho. A queda da produção regional implicou redução das participações governamentais, especialmente dos *royalties* e das participações especiais, afetando a capacidade de investimento público e a sustentação de atividades econômicas dependentes da renda petrolífera (Dias, 2025).

Os movimentos recentes colocam em questionamento a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado na renda petroleira. Como alerta Piquet (2012):

[...] o desafio da abundância permanece presente, pois caso os critérios de distribuição dos royalties e das participações especiais venham a sofrer mudanças, e há ventos soprando nessa direção, os municípios

cujas dinâmicas têm como base tais recursos, enfrentarão sérias restrições orçamentárias (Piquet, 2012, p. 60-61).

Nesse contexto, surgem os questionamentos sobre como os desinvestimentos recentes da Petrobras na Bacia de Campos vêm reconfigurando a dinâmica econômica, social e territorial da região Norte Fluminense. Esse processo não é meramente financeiro ou corporativo, ele envolve a reestruturação dos circuitos de ramos (Lipietz, 1980), a redefinição das economias do petróleo e dos *royalties* (Pessanha, 2017), a readequação da mão de obra e a redefinição do modelo de desenvolvimento regional.

Conforme Cruz (2017) já apontava em relação aos ciclos anteriores, o desperdício, o mau uso ou desvios das rendas petrolíferas reforçam uma visão parasitária do rentismo, com poucos avanços em infraestrutura, educação e saúde. Piquet (2012) também destaca os efeitos multiplicadores da indústria do petróleo, ressaltando a importância de uma estrutura produtiva diversificada para internalizar tais benefícios. A autora também salienta os riscos da “maldição dos recursos naturais” e da “doença holandesa”, fenômenos associados à excessiva dependência de commodities.

Em diversos casos, especialmente no caso de Campos dos Goytacazes, tradicionalmente o maior arrecadador de royalties e participações especiais, os gestores não souberam usar esse dinheiro de forma planejada para criar uma economia mais forte e diversificada. Enquanto Macaé e, mais recentemente, São João da Barra lograram internalizar a economia do petróleo, abrigando os circuitos de ramos de bens e serviços *offshore*, os demais municípios permaneceram dependentes das transferências das rendas petrolífera.

O impacto das rendas petrolíferas sobre um território é alto e pode dinamizar a economia pelo seu poder de encadeamento direto e indireto, aumentando a taxa de emprego e o investimento em infraestrutura e serviços públicos, mas são diversos os problemas com relação à gestão dos recursos financeiros e à distribuição equitativa dos benefícios. Entre os aspectos negativos, Honorato (2008, p. 551-562) destaca: o aumento das receitas municipais no Norte Fluminense não se traduziu em desenvolvimento sustentável; a intensificação das desigualdades locais com a onda migratória, que contribuiu para aumento de áreas periféricas e precarização dos serviços públicos; a degradação ambiental e implicações negativas sobre as comunidades pesqueiras tradicionais; o acentuamento do déficit habitacional e sobrecarga da infraestrutura urbana; o mau direcionamento dos recursos financeiros e suspeitas de corrupção.

A crise do contrachoque do Petróleo, os efeitos da Lava Jato e a venda de ativos e priorização da exploração na Bacia de Santos pela Petrobras ocasionaram uma profunda crise regional. A região Norte Fluminense, antes marcada por um momento de prosperidade, impulsionada pela renda do petróleo, passou a enfrentar dificuldades porque não havia criado alternativas para o futuro. O novo cenário vivenciado pelos municípios da Bacia de Campos é, assim, um exemplo dos desafios que uma região rica em recursos naturais pode enfrentar pela incapacidade de promover a diversificação da estrutura produtiva.

Dessa forma, o estudo aborda especificamente os efeitos dos desinvestimentos da Petrobras em regiões tradicionalmente produtoras, como a Bacia de Campos, e seus efeitos sobre os municípios dependentes das transferências de renda e da própria especialização produtiva em torno do setor de Petróleo e Gás.

## 2 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é compreender as transformações em curso em uma região historicamente marcada pela economia dos *royalties* e do petróleo. Com a diminuição dos investimentos da Petrobras e a reconfiguração dos circuitos de ramos do setor de petróleo e gás, alguns municípios do Norte Fluminense enfrentam desafios fiscais, sociais e econômicos sem precedentes.

## 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de compilação bibliográfica de literatura sobre temas pertinentes à pesquisa e da análise de dados secundários e primários, visando compreender as transformações recentes no setor de Petróleo e Gás e seus efeitos sobre os municípios do Norte Fluminense, com foco na redistribuição de royalties e nas dinâmicas de exploração.

A compilação e leitura bibliográficas se baseou na sistematização da literatura sobre reestruturação produtiva, dinâmicas territoriais e economia do petróleo no Estado do Rio de Janeiro. Foram consultados livros, artigos e periódicos que abordam a exploração histórica da Bacia de Campos e os efeitos da priorização da Bacia de Santos

pela Petrobras. As leituras foram acompanhadas de fichamentos e resumos analíticos, permitindo organizar os principais argumentos e identificar tendências e divergências na literatura.

Quanto às fontes de dados secundários, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), órgão regulador federal responsável pela fiscalização das atividades do setor petrolífero no Brasil, teve primordial relevância. Os painéis dinâmicos disponibilizados pela ANP tornaram-se ferramentas essenciais para o acompanhamento da atividade petrolífera no país, agregando e atualizando periodicamente um vasto conjunto de dados operacionais e econômicos. Para este estudo, exploramos minuciosamente os painéis visando extrair informações sobre volumes de produção por bacia sedimentar, poços perfurados e descomissionamento de plataformas. Trata-se de dados essenciais para mapear a retração das atividades na Bacia de Campos em contraste com a expansão da Bacia de Santos, fornecendo a base factual para analisar a reconfiguração espacial do setor.

Complementarmente, relatórios disponibilizados pela Petrobras permitiram verificar a trajetória dos desinvestimentos nas bacias consideradas maduras. A metodologia também incluiu a análise de conteúdo de documentos oficiais, como os planos de negócios da Petrobras e os relatórios de gestão dos municípios, para identificar as estratégias corporativas e as respostas governamentais frente ao novo cenário do setor petrolífero. Adicionalmente, compilamos dados fornecidos pela base *InfoRoyalties*, um sistema mantido pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) que detalha a distribuição dos *royalties* ao longo do tempo.

A análise dos dados primários e secundários seguiu uma abordagem temporal, comparando séries históricas que cobrem o período de 2005 a 2023. Esta abordagem permitiu contrastar a fase de expansão da Bacia de Campos com o período recente de desinvestimentos, estabelecendo correlações entre a redução da produção, a queda nos repasses de *royalties* e os indicadores de crise fiscal nos municípios.

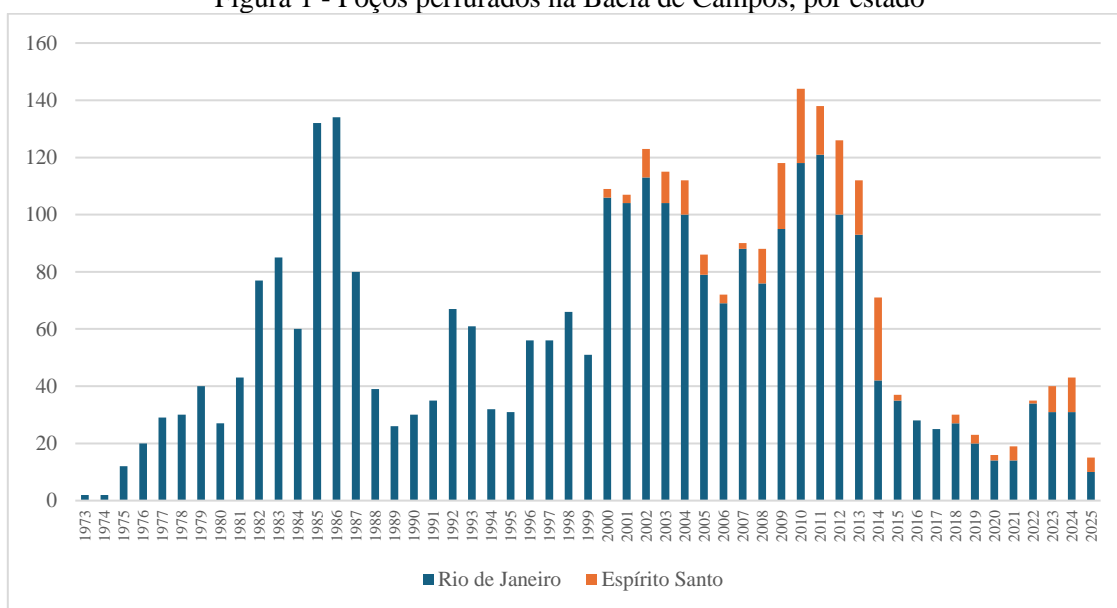
Para garantir a confiabilidade dos dados, cruzamos informações de múltiplas fontes, buscando validar as tendências observadas por meio de triangulação metodológica. A pesquisa privilegiou dados oficiais de domínio público, garantindo a transparência e a possibilidade de replicação do estudo. A interpretação dos dados quantitativos, aliada às perspectivas teóricas obtidas com a revisão bibliográfica, permitiu uma análise que transcende a descrição estatística e aprofunda a compreensão dos processos socioeconômicos subjacentes.

Dessa forma, a metodologia empregada permitiu construir um panorama abrangente e detalhado sobre os efeitos da reorientação estratégica da Petrobras, sobretudo quanto à diminuição da centralidade da Bacia de Campos e aos efeitos econômicos na Região Norte Fluminense. A combinação de diferentes tipos de dados e fontes proporcionou uma base empírica para analisar como os desinvestimentos se materializaram e como repercutiram nas finanças municipais e na dinâmica socioeconômica do Norte Fluminense, adicionando novos elementos à literatura sobre o tema.

#### 4 RESULTADOS

A exploração de Petróleo e Gás (P&G) *offshore* na plataforma continental do Brasil começou nos anos 1960 com as operações da Petrobras na Região Nordeste. Na Bacia de Campos, as atividades exploratórias tiveram início entre os anos 1950 e 1960, por meio de aquisição de dados sísmicos bidimensionais realizados pela Petrobras. Depois de sucessivas perfurações iniciadas a partir de 1971, os primeiros indícios de petróleo na Bacia de Campos começaram no ano de 1974, com a descoberta do campo de Garoupa que, sob uma lâmina d'água de 120 metros, tornou-se um marco da nova fronteira de exploração de petróleo no país (Ferreira, 2022). Foram perfurados, entre 1973 e 2025, em torno de 3245 poços na Bacia de Campos (Figura 1).

Figura 1 - Poços perfurados na Bacia de Campos, por estado



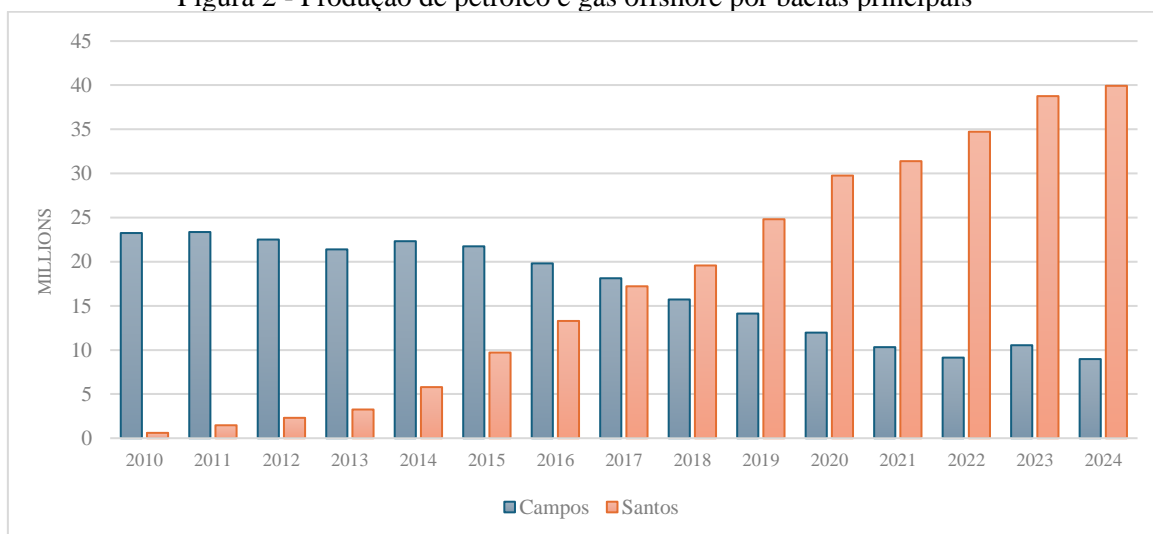
Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2025).

Durante esse período, percebe-se a configuração de dois subperíodos ou picos de maior perfuração na bacia. O primeiro abrange os primeiros anos dos anos 1980, quando foram perfurados mais de 500 poços, coincidindo justamente com as descobertas dos grandes reservatórios de Marlim e Albacora e sinalizando que as descobertas de petróleo impulsionaram as perfurações na bacia. O segundo período, entremeado por poucos anos de queda, compreende de 2000 a 2010 e tem como marco a perfuração de mais de 1.100 poços. A partir de 2014, há uma drástica redução dos investimentos em perfuração, que se refletem na diminuição das descobertas e exploração de petróleo e gás na bacia.

Conforme aponta Ferreira (2024), a diminuição das perfurações tem a ver com o amadurecimento dos blocos e poços de exploração da bacia e com as mudanças estratégicas na política de investimentos da Petrobras que, sob uma orientação neoliberal, se volta apenas à exploração de petróleo e prioriza a bacia de Santos. Portanto, o menor apetite dos operadores pelas perfurações deve-se à menor perspectiva de retorno dos capitais e também à priorização, pela Petrobras, de ativos mais rentáveis e estratégicos no curto prazo.

Nos anos 2010, observa-se a perda gradual da centralidade histórica da Bacia de Campos e a ascensão da Bacia de Santos como novo vetor da exploração de petróleo e gás no Brasil. Além da maturidade dos campos da Bacia de Campos, a redução reflete uma reorientação política da Petrobras em prol dos acionistas, levando a um redirecionamento dos investimentos para os campos mais produtivos, redução das perfurações (Figura 2) e venda de ativos ou encerramento de operações (descomissionamento).

Figura 2 - Produção de petróleo e gás offshore por bacias principais



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2025).

A maturação dos campos de exploração, acompanhada da política de desinvestimentos e priorização da exploração e produção na área do pré-sal da Bacia de Santos, além dos efeitos da Operação Lava Jato, contribuíram para a redução da Bacia de Campos na exploração de petróleo e gás. A queda da bacia de campos teve início em 2016 e se estabilizou a partir de 2022, ao passo que a produção dos blocos de exploração da Bacia de Santos se manteve crescente desde o início da série. A partir de 2018, a referida bacia superou a de Campos como principal origem do petróleo extraído no país.

Atualmente, a bacia de campo tem, em exploração, 62 campos e blocos, dos quais 52 se localizam no Estado do Rio de Janeiro. São 36 campos em estágio de produção e, destes, 30 se situam no Estado do Rio de Janeiro e o restante, 6, estão no Espírito Santo. Observa-se a devolução de campos, em sua maior parte, pela operadora Petrobras, como parte de sua estratégia de descomissionamento e desinvestimentos, ao passo que as operadoras privadas se destacam como as principais desenvolvedoras de novos campos, aproveitando-se da venda de ativos da Petrobras e da própria reorganização entre os operadores privados sob a forma de fusões e aquisições (tabela 1).

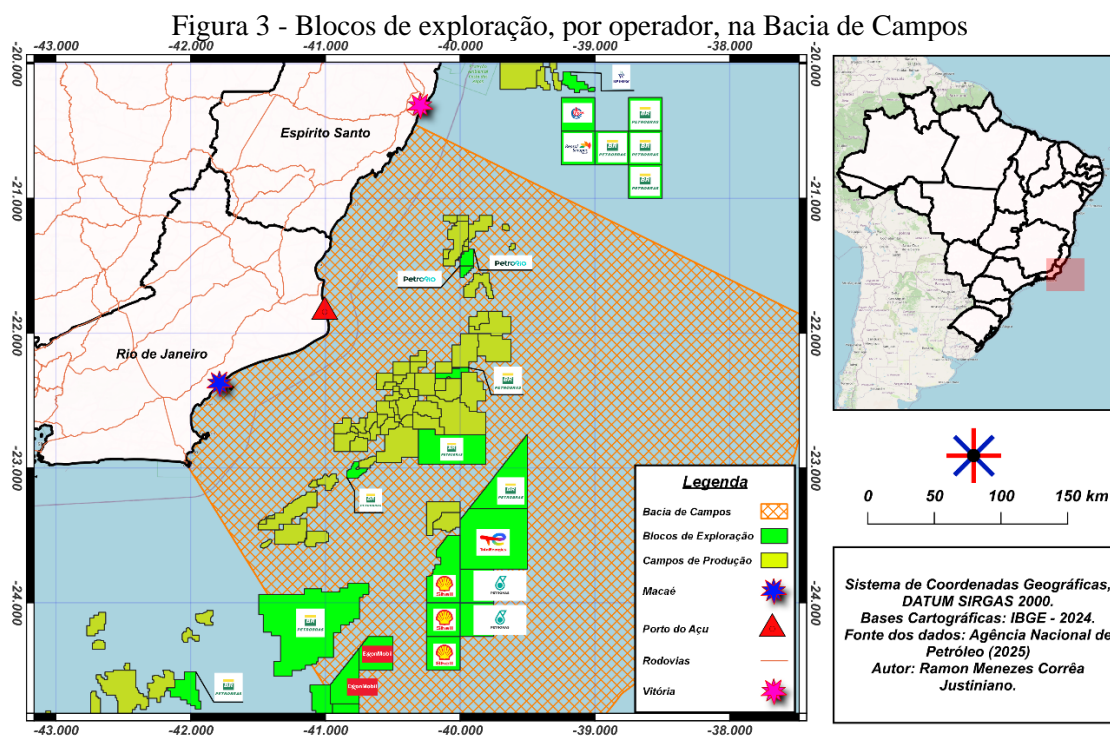
Tabela 1 - Campos de petróleo e gás em exploração na Bacia de Campos

Estado/Operador	Desenvolvimento	Em Devolução	Produção	Total Geral
<b>Espírito Santo</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>10</b>
Petro Rio Jaguar	1			1
Petrobras	1	2	3	6
Shell Brasil			3	3
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>30</b>	<b>52</b>
3R Petroleum Off			1	1
BW Peixe	1			1
Equinor Brasil			2	2
Equinor Energy	2			2
Perenco Brasil			3	3
Petro Rio Jaguar			2	2
Petrobras	2	13	11	26
Prio		1		1
Prio Bravo			2	2
Shell Brasil		2		2
Trident Energy		1	9	10
<b>Total Geral</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>36</b>	<b>62</b>

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2025).

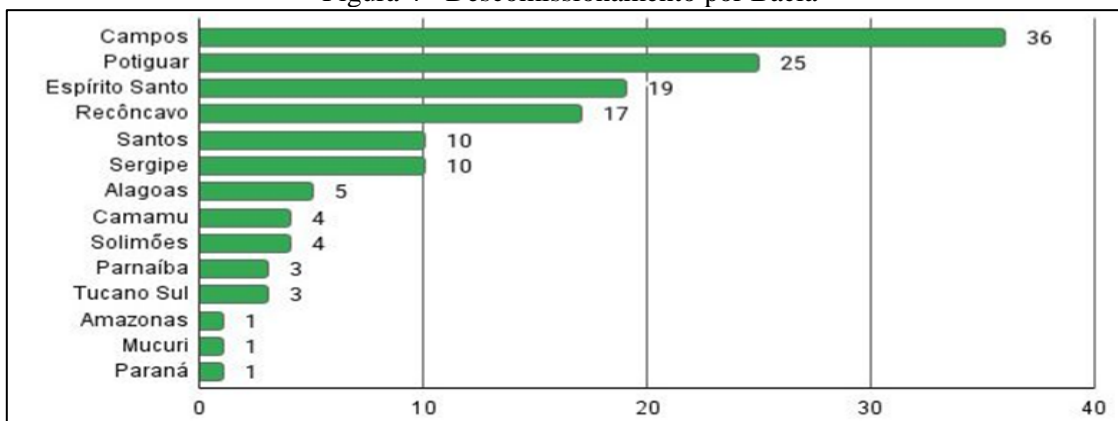
Se no ano de 2017 a Petrobras operava a maior parte dos campos na bacia, esse cenário se alterou completamente com a venda de ativos e a entrada de novos operadores privados nacionais e estrangeiros (figura 3). Desde a segunda metade dos anos 2010, assiste-se à configuração de uma quarta fase da indústria petrolífera brasileira, marcada pela desverticalização da Petrobras e por novas regulações normativas. Ferreira (2022)

assevera que essa rodada de neoliberalização pela qual passou a empresa ocorreu por movimentos externos (mudanças nas regulações de contratos das áreas de exploração, alteração do marco regulatório do gás e da organização do parque de refino etc.) e internos à empresa (vendas de ativos produtivos, infraestruturas e plantas industriais).



A figura 4 evidencia o movimento de descomissionamento, por bacias de exploração, sejam elas offshore ou em terra. Nela, notamos a liderança da Bacia de Campos no número de unidades em desativação, resultado da longa exploração de seus campos.

**Figura 4 - Descomissionamento por Bacia**

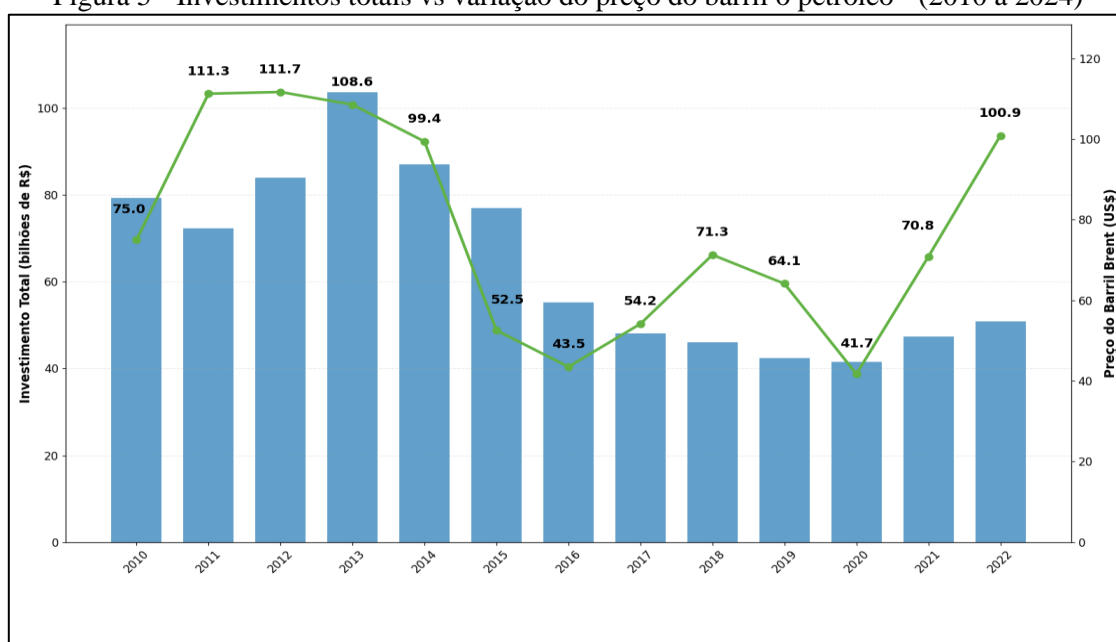


Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (2025).

Dos 38 processos abertos de descomissionamento na Bacia de Campos, 23 deles foram aprovados. Destes, a Petrobras responde pela maior parte, com 19, seguida por Dommo, Prio, Shell e Trident Energy com um cada. Constam como encerrados nove processos de descomissionamento, indicando encerramento das operações de unidades de produção. Dois processos estão sobrestados e 14 encontram-se na condição de recebidos.

A trajetória dos investimentos totais da Petrobras ao longo dos últimos anos revela uma inflexão importante quando analisada em conjunto com a variação do preço internacional do petróleo, conforme apresentado na figura 5.

Figura 5 - Investimentos totais vs variação do preço do barril o petróleo - (2010 a 2024)



Fonte: Petrobras (2025).

Observa-se que, até meados de 2014, os investimentos acompanharam um contexto de preços elevados do barril, sustentando níveis mais altos de aportes na companhia. A partir de 2015, entretanto, ocorreu uma queda simultânea do preço do petróleo no mercado internacional e dos investimentos realizados pela empresa, evidenciando o impacto do novo cenário econômico global sobre sua capacidade de investimento. Nos anos seguintes, ainda que o preço do barril apresente momentos de recuperação, os investimentos não retornam aos patamares anteriores, indicando que a retração não esteve associada apenas às oscilações do mercado internacional, mas também a mudanças estruturais nas prioridades da Petrobras. Nesse sentido, a redução dos aportes reflete um reposicionamento estratégico da companhia, marcado pela diminuição da atuação em diferentes segmentos e pela revisão de seu papel como empresa

integrada com forte presença no desenvolvimento econômico nacional (Duarte, 2020; Ferreira, 2022).

A análise dos investimentos totais apresentada ganha maior profundidade quando observada a partir de sua distribuição interna entre os diferentes segmentos de atuação da companhia. Nesse sentido, a retração dos aportes não ocorreu de forma homogênea, mas se concentrou em áreas específicas da cadeia produtiva, evidenciando alterações na alocação de recursos ao longo do período analisado.

A distribuição dos investimentos por segmentos permite compreender quais áreas foram mais afetadas pela redução dos aportes e como essa redistribuição contribuiu para redefinir o perfil operacional da empresa, oferecendo elementos concretos para interpretar as mudanças observadas na dinâmica geral dos investimentos (tabela 2). Nota-se a retirada gradual da Petrobras em áreas prioritárias, pois a empresa se afasta do modelo de estatal integrada do poço ao posto, reduzindo sua presença econômica e estratégica no desenvolvimento do país e aumentando a vulnerabilidade do território brasileiro aos eventos e determinações que afetam o setor de petróleo e gás (Duarte, 2020).

Tabela 2 - Investimentos realizados pela Petrobras por grandes áreas - 2010 a 2022

Ano	Exploração e produção	Abastecimento	Gás e energia	Distribuição
2010	39,088	27,012	7,21	0,848
2011	34,178	27,023	3,841	1,137
2012	42,908	28,812	4,29	1,301
2013	59,461	30,722	5,858	1,109
2014	60,002	18,548	6,049	1,146
2015	63,83	8,456	2,646	0,851
2016	47,052	4,068	2,497	0,49
2017	39,556	4,097	3,596	0,35
2018	39,177	4,045	1,582	-
2019	33,177	5,772	2,142	-
2020	33,775	4,877	1,813	-
2021	38,466	5,028	2,223	-
2022	40,498	6,159	1,807	-

Fonte: Petrobras (2025).

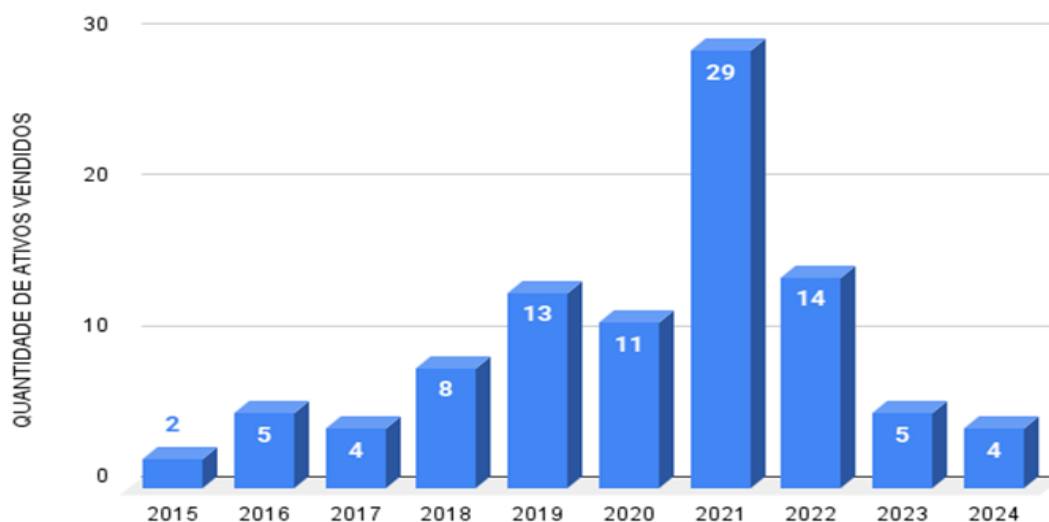
A retirada da empresa se concentrou no midstream (transporte, armazenamento e processamento) e no downstream (refino e distribuição ao mercado final), enquanto o foco se manteve na exploração e produção de petróleo e gás. Considerando que muitos desses ativos se encontram nas mediações do processo produtivo, observa-se que a Petrobras perde controle de parte dos objetos e sistemas técnicos fundamentais para a realização do circuito espacial produtivo dos hidrocarbonetos (Duarte, 2020, p. 10).

Ferreira (2022, p. 190) afirma que não se tratou somente da desintegração do grupo Petrobras, mas de uma “desintegração territorial e econômica motivada pela

reorganização das relações produtivas, econômicas e políticas que agora são capitaneadas e disputadas por uma variedade de grupos privados nacionais e internacionais com diversos interesses e estratégias”. Conforme aponta o autor, a privatização da empresa não foi acompanhada de novos investimentos pelas empresas privadas, ao contrário, “o que está em jogo não é a produção de petróleo em si, mas transações econômicas que possibilitam a captura de ganhos por parte de fundos, bancos e outros empresários” (Ferreira, 2022, p. 358).

A figura 6 apresenta a quantidade de ativos vendidos pela Petrobras desde 2015 e coloca em evidência a dimensão do processo de desintegração da companhia. Os ativos foram transferidos para operadores privados em setores estratégicos, com destaque para a Petrobras Distribuidora, cuja participação foi gradualmente reduzida: em 2017, foram vendidos 28,75% das ações por R\$ 5 bilhões; em 2019, mais 33,75% por R\$ 8,6 bilhões; e, em 2021, os 37,5% restantes por R\$ 11,36 bilhões, encerrando definitivamente a presença da estatal no setor de distribuição.

Figura 6 - Desinvestimentos realizados pela Petrobras - 2015 a 2024



Fonte: Petrobras (2025).

As estratégias de descomissionamento, diminuição das perfurações e desintegração adotadas pela Petrobras impacta diretamente regiões historicamente dependentes da exploração do petróleo. A Bacia de Campos, que por décadas concentrou grande parte das atividades da estatal, tornou-se a mais afetada pelos desinvestimentos recentes. O quadro 1 explora a venda de campos de exploração nesta região, ilustrando

como a Petrobras tem progressivamente reduzido sua presença e transferido ativos para operadores privados.

Quadro 1 - Desinvestimentos da Petrobras na Bacia de Campos

Ano	Ativo vendido	Comprador	Valor (us\$)
2018	25% do Campo Roncador	Equinor (Noruega)	2,9 Bilhões
2019	Participação total (70%) no campo Maromba	BW offshore (Noruega)	90 milhões
	Participação total nos campos de Pargo, Carapeba e Vermelho	Perenco (Franco-Britânica)	398 milhões
	50% dos direitos de exploração e produção do campo de Tartaruga Verde e Módulo III de Espadarte	Petronas (Malásia)	1,29 bilhão
2020	10 campos (Badejo, Bicudo, Bonito, Enchova, Enchova Oeste, Linguado, Marimbá, Pampo, Piraúna e Trilha)	Trident Energy (Britânica)	418,6 milhões
2021	Participação total (30%) no campo de Frade	Prio (Brasil)	100 milhões
2022	Participação total (62,5%) no campo Papa-Terra	3R Petroleum (Brasil)	105,6 milhões
2023	Participação total no campo Albacora Leste	Prio (Brasil)	1,951 bilhão
2024	Participação total nos campos Cherne e Bagre	Perenco (Franco-Britânica)	10 milhões

Fonte: Petrobras (2025).

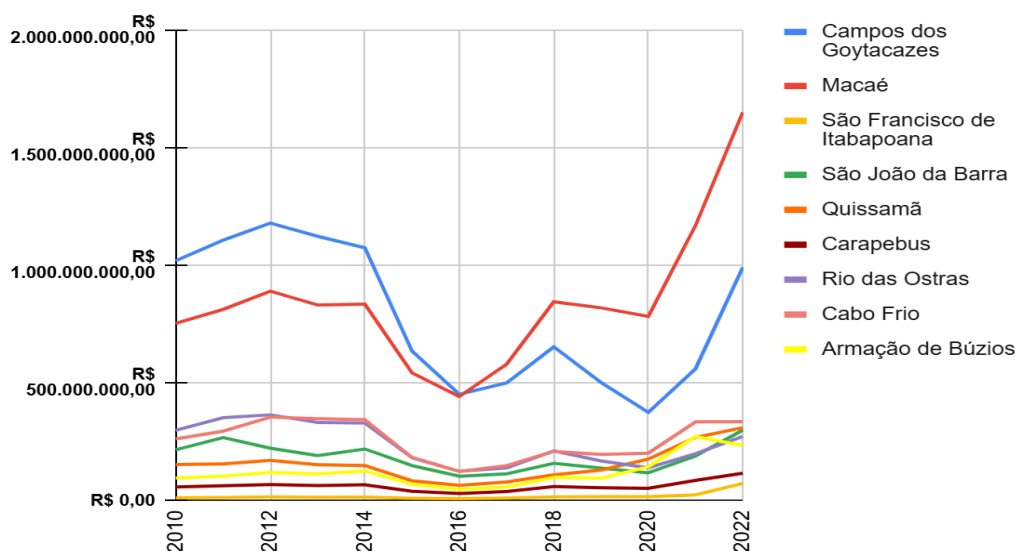
No Norte Fluminense, a distribuição das rendas petrolíferas obedece ao enquadramento dos seus municípios nas respectivas zonas (produção principal e secundária, limítrofe) e nas instalações de operações (principal e secundário) de embarque e desembarque de petróleo e gás. A zona de produção principal é formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Macaé, Quissamã e São João da Barra. Na zona de produção secundária está o município de Cachoeiras de Macacu. Os municípios de Cardoso Moreira, São Fidélis e São Francisco de Itabapoana fazem parte da zona limítrofe. Quanto às operações de embarque e desembarque de petróleo e gás, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes têm instalações e são considerados principais afetados, sem municípios secundários com os quais dividir o rateio. Já Quissamã é ponto principal, mas tem municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana como secundários, com os quais divide a transferência da renda.

No entanto, apenas Macaé se configura no que Pessanha (2017) denominou de economia do petróleo, porque não só tem campos e blocos confrontantes de exploração, a partir dos quais recebe rendas pela exploração, como ainda abriga as infraestruturas logísticas (portos, oleodutos e gasodutos), produtivas (unidades de beneficiamento de gás, flexíveis e rígidos, máquinas e equipamentos etc.) e de serviços de reparo e manutenção.

Mais recentemente, porém, com a reorientação do Porto do Açu, abrigando cada vez mais empresas de apoio *offshore* (navegação de apoio, transbordo etc.) e também equipamentos para exploração de petróleo (flexíveis e rígidos), São João da Barra parece alterar o seu papel, numa imbricação das economias dos *royalties* e também do petróleo (Santos, 2026). Os demais municípios da região Norte Fluminense se enquadram na categoria de economia dos *royalties*, justamente porque são beneficiários das transferências das rendas petrolíferas. Campos dos Goytacazes, porém, se coloca como uma bacia de mão de obra e também com a oferta de serviços, como educação técnica e superior, saúde, comércio e serviços especializados etc.

A redução das perfurações e investimentos impacta diretamente a distribuição dos *royalties*. A figura 7 apresenta informações sobre o valor dos *Royalties* recebidos anualmente pelos municípios da Bacia de Campos entre 2010 e 2022.

Figura 7 - Royalties recebidos dos municípios da Bacia de Campos (2010-2022)



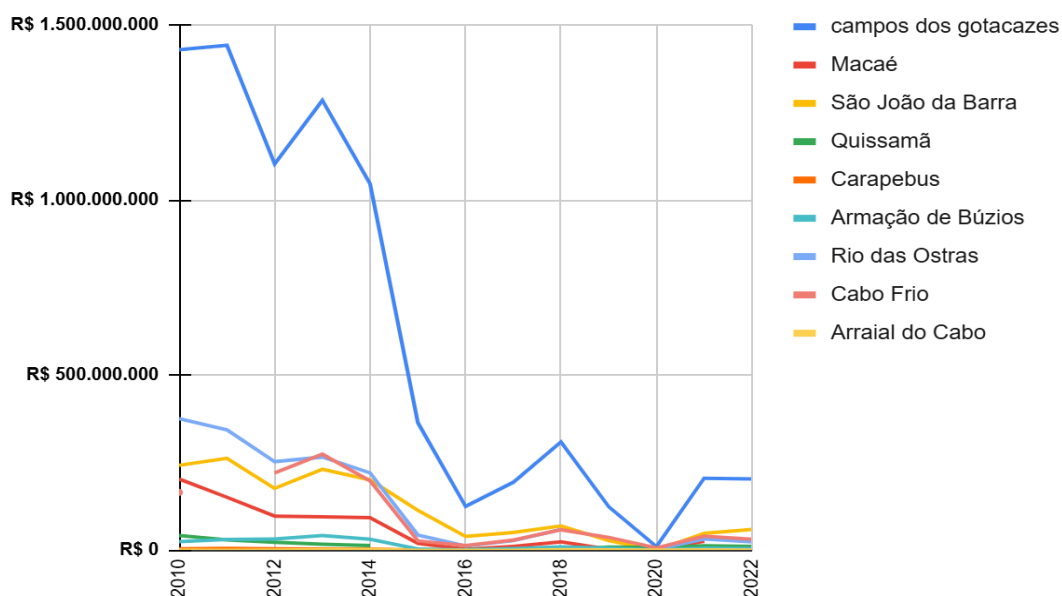
Fonte: InfoRoyalties (2026).

\*Valores monetários deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), convertidos para valores reais de 2026.

Os *royalties*, em seu conceito, seriam tributos para serem usados futuramente em um contexto de falta do petróleo, como uma compensação pela retirada de um material não renovável. Com base nas informações apresentadas, pode-se notar que os municípios com maior destaque são Campos dos Goytacazes e Macaé, entretanto, há mais uma queda padronizada entre no período de 2013 a 2017, refletindo os investimentos e as explorações na Bacia de Santos. Há uma queda geral entre 2019 a 2023 de forma mais suave que a primeira, seguida de uma estabilização e aumento nos anos seguintes.

Além disso, as participações especiais arrecadadas pelos municípios beneficiados da produção da bacia de Campos exibem queda. A figura 8 apresenta informações sobre o valor de Participações Especiais (PEs) recebidas anualmente pelos municípios da Bacia de Campos entre 2010 e 2022. Tais valores atuam como compensações extras aos municípios com grande valor produtivo calculados com base no valor produzido por cada campo. Analisando os dados levantados, nota-se uma queda padronizada para todos os municípios, principalmente entre 2012 e 2020, com queda dos valores de forma gradual e acentuada. Campos dos Goytacazes se destaca como maior receptor de participações especiais entre todos os municípios confrontantes da Bacia de Campos.

Figura 8 - Participações especiais dos municípios da Bacia de Campos (2005-2024)



Fonte:InfoRoyalties (2026).

\*Valores monetários deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), convertidos para valores reais de 2026.

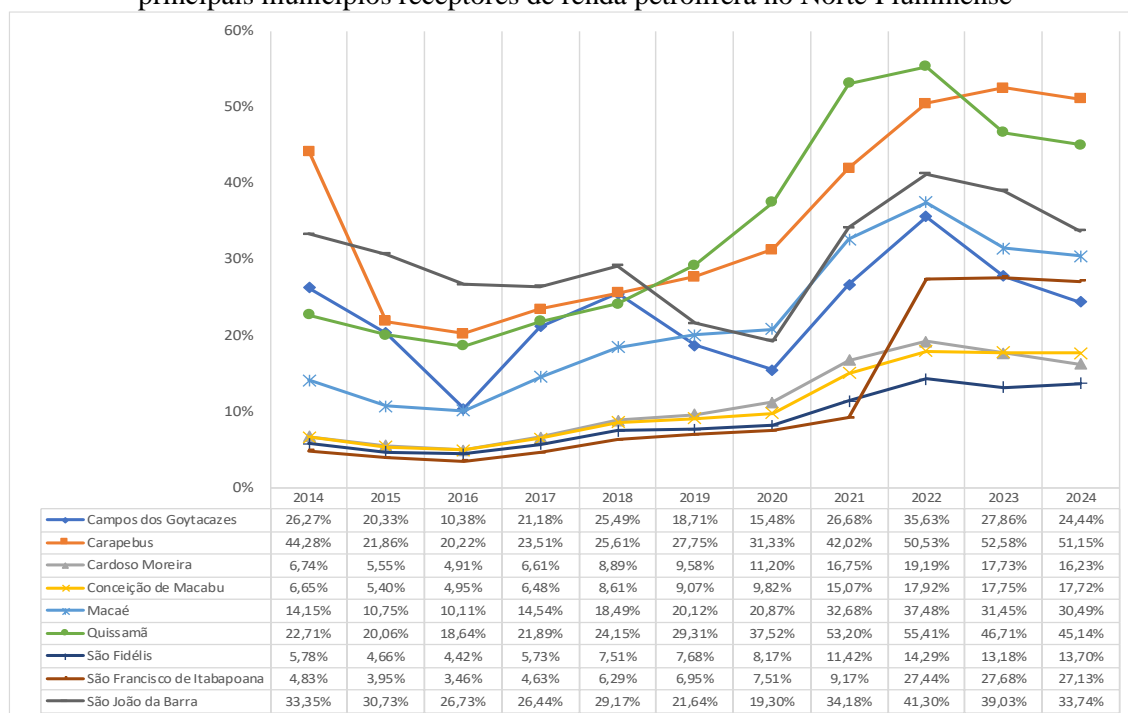
Percebe-se, portanto, que os municípios da Bacia de Campos enfrentam problemas distintos conforme sua inserção nos circuitos de ramos do petróleo. Macaé, por sediar a base operacional e concentrar os bens e serviços do setor, tem uma economia mais diversificada e maior resiliência fiscal diante da combinação de crises nos últimos anos. Apesar disso, foi exatamente essa característica que fez Macaé sentir os efeitos do desemprego. Ao concentrar a massa de trabalhadores empregados diretamente nas operações e serviços do setor, o município teve o impacto mais imediato e severo com as demissões em cadeia geradas pela crise do contracheque em 2014 e pelos desinvestimentos da Petrobras (Azevedo; Silva Neto, 2021).

Em posição oposta, Campos dos Goytacazes enfrenta uma crise de natureza diversa. Apesar de se apresentar como um importante polo educacional e fornecer mão de obra especializada, sua vulnerabilidade manifesta-se não no desemprego imediato no setor produtivo, já que tinha uma inserção mais limitada na cadeia de bens e serviços no seu território, mas em um colapso fiscal, decorrente da sua alta dependência dos *royalties* que estão em declínio.

Esta dupla face da crise expõe o problema regional, a reconfiguração do setor gera efeitos variados, definindo dois tipos de vulnerabilidade. Macaé conhece uma crise no mercado de trabalho, mas mantém uma estrutura fiscal mais estável. Campos dos Goytacazes, com seu polo educacional desconectado de um projeto produtivo regional, enfrenta uma crise orçamentária, tornando-se o retrato dos limites do desenvolvimento baseado na renda petrolífera sem uma transformação estrutural da economia local.

O cenário desafiador apresentado pela crise do contrachoque do petróleo, o amadurecimento dos campos e a redução dos investimentos da Petrobras (venda de ativos, redução das perfurações) repercutiram diretamente na participação das transferências de *royalties* sobre o orçamento dos municípios da região Norte Fluminense. A queda ocorreu entre os anos 2015 e 2016 e logo foi sucedida por um aumento da proporção das transferências de renda de exploração do petróleo sobre o orçamento total (figura 9).

Figura 9 - Participação dos royalties + participações especiais nas receitas municipais dos principais municípios receptores de renda petrolífera no Norte Fluminense



Fonte: Inforoyalties (2025) e TCE-RJ (2025).

A recuperação dos preços do petróleo nos últimos anos, aliada ao avanço menor das fontes próprias de receitas, entre outros fatores, levou ao aumento da participação dos *royalties* nas receitas totais dos municípios, principalmente de Carapebus e Quissamã, com taxas ao redor de 50%. São João da Barra e Macaé também têm percentuais elevados, próximos a 1/3 do orçamento municipal. São Francisco de Itabapoana e Campos dos Goytacazes situam-se entre 20 e 25% e o restante dos municípios está no patamar de 20%. Em que pese a diversidade apresentada, nota-se que alguns municípios têm elevada dependência que, considerada juntamente com as demais transferências (Fundo de Participação dos Municípios - FPM), apontam para uma especialização e vulnerabilidade às oscilações econômicas e setoriais da indústria do petróleo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da Petrobras no Norte Fluminense demonstra que suas decisões estratégicas foram orientadas prioritariamente em favor dos lucros dos acionistas, sem considerar os efeitos socioeconômicos regionais. A retirada gradual da estatal e a redução de investimentos evidenciam a dependência dos municípios, impactando de forma mais intensa naqueles historicamente dependentes da exploração e da transferência de rendas petrolíferas. Esse padrão evidencia que a reconfiguração do setor não é apenas um movimento empresarial, mas também um fenômeno político e econômico com consequências territoriais profundas.

O caso do Norte Fluminense ilustra o papel estratégico do setor de Petróleo e Gás e da Petrobras na estrutura produtiva regional, considerando a transferência de renda e os empregos gerados pela atividade. A redução dos investimentos e da presença da estatal na região intensificou os efeitos negativos da reconfiguração do setor sobre os municípios mais dependentes da exploração petrolífera. O que se observa é uma vulnerabilidade da economia regional que havia se organizado em torno da atividade petrolífera durante décadas, sem que houvesse uma transição planejada para um novo modelo de desenvolvimento, tampouco uma diversificação da estrutura produtiva.

A situação revela ainda as limitações do modelo de desenvolvimento baseado na exploração de recursos naturais, no qual a abundância de recursos financeiros não se traduziu em ganhos de desenvolvimento para a região. Os municípios que mais receberam *royalties*, como Campos dos Goytacazes, tornaram-se reféns dessa renda, sem conseguir

construir alternativas econômicas sólidas que pudessem sustentar o desenvolvimento regional quando os investimentos da Petrobras começaram a declinar.

Este caso explicita a necessidade de repensar o modelo de gestão dos recursos do petróleo, incorporando mecanismos que permitam converter a riqueza gerada pela exploração petrolífera em bases econômicas mais diversificadas e menos vulneráveis às oscilações do setor. A experiência do Norte Fluminense serve como alerta para outras regiões produtoras sobre os riscos de se construir um projeto de desenvolvimento dependente de uma única atividade, sobretudo quando esta está submetida a lógicas corporativas alheias e distantes que podem priorizar interesses privados em detrimento do desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. C.; SILVA NETO, R. Instabilidade no cenário socioeconômico e político no Brasil a partir de 2014: contrachoque do petróleo, mudanças no marco regulatório e operação Lava Jato. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 11–42, 2021. DOI: 10.12957/cdf.2020.59048. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/59048>. Acesso em: 11 maio 2026.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Após a neoliberalização? **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 15-39, Jan/Jun 2012.

COUTINHO, F. **Petróleo: é o fim do mundo como o conhecemos – e eu não me sinto bem.** AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás, 29 abr. 2026. Disponível em: <https://aepet.org.br/artigo/petroleo-e-o-fim-do-mundo-como-o-conhecemos-e-eu-nao-me-sinto-bem/>. Acesso em: 11 maio 2026.

CRUZ, J. L. V. Novas perspectivas de análise da dinâmica socioeconômica e territorial da Região Fluminense do Extrativismo Petrolífero. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 49–65, 2017. DOI: 10.12957/cdf.2015.28864. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/28864>. Acesso em: 11 maio 2026.

DIAS, R.S. A dinâmica locacional do emprego no segmento upstream da cadeia produtiva de petróleo e gás natural no Brasil: análise evolutiva do quociente locacional e do coeficiente de redistribuição. **Revista Brasileira de Geografia Econômica**, n. 29, p. 1-23, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/14yw1> Acesso em: 15 dez. 2025.

DUARTE, L. **Transformações recentes no circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos e nas trajetórias da transição energética no Brasil.** Caravelle [En ligne], 115, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/caravelle.8710>

- FERREIRA, F. **Diagnóstico da Bacia de Campos**: caracterização, desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), 2024. (Diagnóstico Setorial, n. 3).
- FERREIRA, F. C. **A organização territorial e produtiva da indústria do petróleo**: o caso do Grupo Petrobras no Brasil e no Espírito Santo. 2022. 386 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.
- FERREIRA, F. C. **Diagnóstico da Bacia de Campos**: Caracterização, desafios e possibilidades. Rio de Janeiro: ENEEP, 2024.
- HONORATO, F. de F. Riqueza e exclusão: o impacto dos royalties do petróleo na expansão da miséria na Região Norte Fluminense. *In*: CIMADAMORE, A. (Org.). **La economía política de la pobreza**. Buenos Aires: Clacso, 2008, p. 537-568.
- LIPIETZ, A. The structuration of space, the problem of land and spatial policy. *In*. CARNEY, J.; HUDSON, R.; LEWIS, J. (Org.). **Regions in crisis**. New perspectives in European regional theory. London: CROOM HELM, 1980, p. 61-75.
- OLIVEIRA, F. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- PACHECO, C. A. G. **O impacto dos royalties do petróleo no desenvolvimento econômico dos municípios da Região Norte Fluminense**. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE P&D EM PETRÓLEO E GÁS, 3., 2005, Salvador. Anais [...]. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP, 2005. Acesso em 01 set. 2025.
- PESSANHA, R. M. **A relação transescalar e multidimensional Petróleo-Porto como produtora de novas territorialidades**. 2017. 560 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- PIQUET, R. P. S. A cadeia produtiva do petróleo no Brasil e no Norte Fluminense. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, n.22, dez. 2010.
- PIQUET, R.P.S. O lugar do regional na indústria do petróleo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.14, n.1, p.51-63, maio 2012.
- SANTOS, L. B. O complexo portuário do Açu e a dinâmica econômica no Norte Fluminense. *In*: SANTOS, L. B.; OLIVEIRA, E. L.; CINTRA, D. P. (Org.). **O regional na interface da pesquisa e da extensão**: indicadores, métodos e ferramentas. 1ed.Jundiaí: Paco Editora, 2026, v. 1, p. 143-170.
- SILVA, R. D. **Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro 1990-2008**. Rio de Janeiro: FAPERJ/FGV, 2012.

O artigo assinado é de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.